

DIA AFRICANO DE ESTATÍSTICA
"FAZER A CONTAGEM DE CADA HOMEM E MULHER.
Gerando estatísticas para melhorar os resultados do
desenvolvimento"

Tema

DESIGUALDADES DE GÉNERO EM MOÇAMBIQUE

Isabel Maria Casimiro¹

Introdução

Gostaria de saudar o INE pela iniciativa da realização deste workshop para assinalar o Dia Africano de Estatística que este ano escolheu como lema **FAZER A CONTAGEM DE CADA HOMEM E MULHER. Gerando estatísticas para melhorar os resultados do desenvolvimento.**

Não poderia deixar de referir que, aquando do Censo de 1980, o 1º realizado depois da nossa independência em 1975, a então Direcção Nacional de Estatística incluiu as mulheres nas suas análises, sobretudo ao nível da agricultura, onde tínhamos e continuamos a ter mais mulheres.

Recordo também que a DNE produziu uma brochura sobre Mulheres e Homens em Moçambique para a III Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em 1985, em Nairobi, Kenia, tendo como base os dados do Censo de 1980.

Eu dizia em Outubro do ano passado aquando da **Campanha "Num mundo de 7 biliões – contando uns com os outros"**. LIBERTAR O POTENCIAL DAS MULHERES E RAPARIGAS ACELERA O PROGRESSO, organizada pelo FNUAP e pelo Centro de Análises Políticas, da UEM, que,

"Vivemos num mundo de mulheres e homens mas em que os direitos fundamentais são negados às mulheres e raparigas, apenas pelo facto de serem do sexo feminino. Não por serem menos inteligentes, terem menos capacidades, serem menos trabalhadoras ou estarem ausentes do desenvolvimento.

Nós estamos presentes desde o nosso nascimento nas mais diversas actividades. Mas o que fazemos desde que nascemos tem a marca do nosso sexo, ficando à partida relegado para o

¹ Docente e investigadora do Centro de Estudos Africanos, Universidade Eduardo Mondlane. Doutorada em Sociologia.

desvalorizado, invisível, não reconhecido, extensão do doméstico, não importante para o considerado mundo do político.

Desde raparigas que carregamos o fardo do trabalho doméstico, ajudando as nossas mães nas mais diversas actividades. Os nossos irmãos têm preferência na escola, porque nós somos socializadas para sermos esposas e mães e porque ao que fazemos não se atribuiu o mesmo valor que o realizado pelos homens.

Por isso desde adolescentes engravidamos, quando o nosso corpo não está ainda preparado para a gravidez, sofremos problemas sérios de saúde, podemos morrer de parto ou sofrer das suas consequências, assumimos responsabilidades como mães ainda adolescentes, e somos impedidas de sonhar mais alto, deste modo reproduzindo o ciclo da desigualdade e da pobreza”.

A verdade é que ao findar o ano de 2012, as mulheres e as raparigas continuam a ser as mais pobres, as que têm menos acesso à educação, as que não estão igualmente representadas nos cargos de tomada de decisão a todos os níveis, as que sofrem mais com as doenças, nomeadamente o SIDA, a ponto de se falar em feminização do SIDA, as que são mais martirizadas com a violência doméstica, as que são utilizadas como escudo de guerra nos múltiplos conflitos armados através da violação, das migrações forçadas, as que povoam em maior número os campos de refugiados.

A nossa lista poderia continuar. Porque, apesar dos muitos avanços, apesar dos direitos humanos das mulheres serem hoje parte da agenda política internacional, devido à caminhada dos movimentos feministas a partir dos anos 50 do século XX, apesar dos instrumentos internacionais de defesa dos direitos humanos das mulheres aprovados e ratificados pela maior parte dos países do mundo, incluindo Moçambique, apesar das políticas públicas, nós mulheres continuamos a ser o 2º sexo como bem referiu Simone de Beauvoir em 1949.

A ciência tem provado que apesar das diferenças existentes entre mulheres e homens, construídas ao longo de milhares de anos, nada permite continuar a manter e reproduzir a nossa inferioridade e desigualdade.

O economista Amartya Sen dizia em 1999, *“Existe bastante evidência que quando as mulheres têm as mesmas oportunidades que são geralmente reservadas aos homens, elas não*
Isabel Maria Casimiro, *“Desigualdades de Género em Moçambique”*, Maputo, 19/11/2012

são menos bem sucedidas na utilização das facilidades que os homens reivindicaram como seu domínio exclusivo durante séculos” (Sen, 1999:199)².

O ano passado eu referia igualmente que,

“Já “invadimos” praticamente todos os lugares sagrados construídos como masculinos ao longo de milhares de anos. Tem sido uma caminhada dolorosa e desafiadora, plena de dificuldades e obstáculos, represálias, abandonos, esquecimentos, mortes. Mas temos sido capazes de mostrar que, mesmo sem igualdade de oportunidades, nós as mulheres conseguimos fazer.

Esta nossa invasão foi quase sempre conquistada pela traição, pela fuga e pela conquista. Ou seja: i) traindo as expectativas que a sociedade deposita em nós; 2) fugindo dos nossos limitados destinos femininos; 3) conquistando a nossa liberdade pessoal³.

Claro que esta invasão se tem traduzido em mais trabalho, menos descanso e lazer. Passámos a realizar múltiplas actividades, algumas delas em simultâneo. Mas temos sido capazes de demonstrar que conseguimos realizá-las, apesar da violência e da competição que caracterizam o mundo em que vivemos. Apesar de ficar claro também que fomos nós as mulheres que mudámos, que invadimos esse mundo masculino.

Contudo, a nossa entrada no mundo masculino não se traduziu em mudanças no modelo cultural em que se alicerça a subalternidade das mulheres⁴. Continua-se a esperar de nós que sejamos o garante dum lar saudável, boas esposas e mães, camponesas, operárias, guerrilheiras, soldados, polícias, secretárias, ministras, deputadas, presidentas exemplares. Super mulheres, acima da humanidade que nos caracteriza.

Por isso o mal-estar especialmente sentido por nós que experimentamos a ambiguidade da nossa invasão do espaço público mas mantendo as nossas actividades em casa, sem alterações

² Sen, Amartya 1999 *Development as Freedom*, Oxford University Press, United Kingdom.

³ Montero, Rosa 2007 *Histórias de Mulheres*. Agir Editora Ltda, Rio de Janeiro. O livro foi escrito em 1995. Rosa Montero é jornalista e romancista espanhola.

⁴ Osório, Conceição 2001 “Desenvolvimento humano, direitos humanos e a situação da mulher”. In: PNUD, *Moçambique. Mulher, género e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro*. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. SARDC, UEM, PNUD, Maputo, pp.33-56.

na divisão de trabalho ao nível do doméstico, sem se verificar, por parte dos homens, uma alteração nos seus papéis, sem que ocorram transformações significativas na sociedade, masculinizando-nos muitas das vezes mas sem que o mundo se feminize. Ambiguidade também sentida pela tomada de consciência de que as nossas características e diferenças continuam a ser desvalorizadas - o relacionamento interpessoal, a atenção e o cuidado do outro, a protecção da vida, a valorização da intimidade e do afectivo, a gratuidade das relações, a intuição, a sensibilidade - ao mesmo tempo que se continua a fazer a apologia dos valores característicos do mundo dos homens - a agressividade, a arrogância, a competitividade, a eficiência (Casimiro, 2004)".

Nesta apresentação falarei do conceito e género e das desigualdades de género no mundo e em Moçambique.

1. Género

"Segundo o dicionário pode ser um grupo formado por seres ou objectos que têm características comuns, etc. Mas o termo género também se refere ao que as francesas chamam de sexo social. No entanto, ainda percebido como o "sexo social" o género não é um conceito unitário.

Como estatuto individual refere-se à maneira como os papéis, os valores e as relações entre rapazes e raparigas, mulheres e homens são construídos em todas as sociedades em todo o mundo.

Como instituição social refere-se à maneira como o parentesco, a divisão do trabalho, o contrato social, a ideologia, a religião e o simbólico, artístico, idiomático e imaginário, criam estatutos sociais diferenciados para a atribuição de direitos e responsabilidades.

É assim que género é uma identidade socialmente construída que resulta da interacção entre o dever ser do que cada geração e cada sociedade ou cultura outorga a cada sexo, e a personalidade e experiências concretas de cada individuo ou individua. Mas género é uma estrutura que divide o trabalho naquele que se realiza no lar e aquele que se realiza na esfera pública; legitima a desigualdade de autoridade e poder entre homens e mulheres dentro de cada classe social, etnia, raça, idade ou grupo humano e institucionaliza o homem como paradigma da humanidade.

Se percebemos que género é construído a nível individual mas que também é uma estrutura ou instituição social, entenderemos que para conseguir a eliminação da discriminação e opressão das mulheres de todas as idades e classes, teremos que lutar pelas mudanças tanto a nível social e estrutural, como a nível pessoal e individual” (Facio, s/d).

“O conceito de gênero, ao enfatizar as relações sociais entre os sexos, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, que envolvem como um de seus componentes centrais desigualdades de poder” (Farah, 2003: 2).

Ou seja, quando falamos de género, referimo-nos a ideias, papéis, atributos socialmente construídos e relacionados com o facto de se ser homem ou mulher numa dada sociedade, num dado período histórico. Relaciona-se a percepções, expectativas que existem na maneira de pensar e actuar de mulheres e homens de acordo com uma dada organização social.

Género é uma construção social, é socialmente determinado, é uma relação social dinâmica, e difere de cultura para cultura, de sociedade para sociedade e muda ao longo do tempo. As relações de género criam e reproduzem diferenças, posições desiguais entre mulheres e homens, mas podem ser também de apoio mútuo e de complementaridade. As relações de género são específicas a um determinado contexto, a um determinado universo sócio-cultural, variam com o tempo, ou outras relações baseadas na classe social, estatuto, raça, etnia, religião, espaço urbano e rural, idade, educação...

Estamos perante um conceito útil porque permite a análise dos papéis, responsabilidades, constrangimentos, oportunidades de mulheres e homens, tendo em conta o tempo e o espaço específicos; permite o estudo das relações entre mulheres e homens no seio das diferentes sociedades. É um conceito **relacional** pois considera ambos, mulheres e homens, e as relações de **poder** e **dominação** entre eles. É um conceito **local**, adaptado às circunstâncias sociais e culturais do país. É um termo adoptado para fornecer o **respaldo** ideal para valorizar práticas de intervenção social que envolvem mulheres e homens, enfatizando o carácter relacional deste conceito (Scot, 1986).

Nas relações de género estão presentes conflitos, tensões, resistências, negociações, alianças, quer seja através da manutenção dos poderes masculinos, quer na luta das mulheres pela ampliação e busca de poder. A perspectiva de género permite entender as relações

sociais entre mulheres e homens, entre mulheres e entre homens, pressupondo mudanças, permanências, práticas, comportamentos, normas, valores, representações.

2. Desigualdades de Género no mundo e em Moçambique

A caminhada pela igualdade de direitos entre mulheres e homens é longa tendo-se consubstanciado com a criação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em 1962 e durante a Luta Armada de Libertação Nacional, a partir de 1964, com a sua participação no Destacamento Feminino (DF), a partir de 1965 quando o primeiro grupo de mulheres solicita à direcção da FRELIMO para realizar treino militar⁵.

Samora Machel, em 1973, aquando da criação da Organização da Mulher Moçambicana, OMM, afirmava que, **A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo**. O mesmo já referia August Bebel, socialista utópico alemão, no seu livro, *A Mulher e o Socialismo*, publicado em 1879: “*Não pode haver nenhuma libertação da humanidade sem a independência e a igualdade entre os sexos*” (Casimiro, 2004).

Contudo o que nos mostra a realidade?

A 1ª Constituição de Moçambique de 1975 preconizou o direito do voto à mulher, não discriminação em termos de acesso a emprego, salário, saúde, educação, justiça, a licença de parto de 2 meses. Contudo a mulher não gozava dos mesmos direitos de cidadania que o homem, havia uma construção masculina da cidadania que inferiorizava a mulher. Exemplo flagrante o facto da mulher e não o homem perder a nacionalidade no âmbito do casamento com um estrangeiro (Abreu e Salomão: 1995). A Constituição de 1990 abriu espaços para a mulher se afirmar e a questão da perda do direito de cidadania foi ultrapassada. As mulheres começaram a organizar-se em associações de diversos tipos e a lutar por direitos iguais no reconhecimento da diferença (Abreu e Salomão: 1995; Casimiro: 2004; Zimba: 2002).

Vejamos alguns dados sobre a situação da mulher no mundo:

- As mulheres são 2/3 dos 960 milhões de adultos do mundo que não sabem ler;

⁵ De realçar que o DF é oficialmente criado pela FRELIMO em 1966.

Isabel Maria Casimiro, “Desigualdades de Género em Moçambique”, Maputo, 19/11/2012

- As raparigas representam 70% das 130 milhões de crianças que não vão à escola;
- Por cada três países, dois alcançaram a paridade de género no nível primário;
- Apesar dos ganhos conseguidos, só encontramos 91 raparigas na escola por cada 100 rapazes;
- Os dois terços de crianças que não vão à escola são raparigas;
- As mulheres constituem a maioria da mão-de-obra agrícola a nível mundial e 60% das mulheres do planeta efectua trabalho não remunerado ou mal pago na economia informal, o que as torna vulneráveis em termos financeiros e jurídicos, às crises económico-financeiras, sendo as primeiras a ir para o desemprego e a ter de arcar com as responsabilidades domésticas;
- As mulheres representam a maioria entre os 1.2 mil milhões de pessoas que vivem com menos de 1.25 dólar/dia;
- Em 2008, 18.4% dos deputados nacionais eram mulheres (contra 11.6% em 1995), e 17 chefes de estado ou Governo no mundo eram mulheres. Rwanda tem o maior número de mulheres deputadas desde as eleições em Setembro de 2008 (56% dos lugares) http://www.unifem.org/gender_issues/democratic_governance/facts_figures.html, (Acesso a 19/11/2012);
- Em Janeiro de 2008, entre 150 chefes de Estado, 7 eram mulheres e entre 192 dos chefes de governos dos Estados-membros das Nações Unidas, 8 eram mulheres;
- De uma forma geral, apenas 16% dos cargos ministeriais de todo o mundo são atribuídos a mulheres;
- Em todos os países, as mulheres ocupam raramente mais de 1 ou 2% dos postos de direcção. A nível mundial, menos de 5% dos chefes de Estado, dos presidentes e directores gerais das grandes empresas e dos dirigentes de organizações internacionais são mulheres;
- Uma mulher em cada três, pelo menos, foi vítima de agressões, sofreu relações sexuais impostas ou outras formas de violência;
- Globalmente, 1% da população do mundo tem mais riqueza do que 40% da população restante.
- É na África subsariana que a “feminização” da epidemia do HIV/SIDA é mais evidente: perto de 60% dos casos de infecção são de mulheres e 75% dos jovens infectados são raparigas com idades entre os 15 e os 24 anos (Tvedten, Paulo, Montserrat, 2008).

Alguns dados sobre a mulher em Moçambique

Isabel Maria Casimiro, “Desigualdades de Género em Moçambique”, Maputo, 19/11/2012

Na abertura da III Conferência Nacional sobre a Mulher e o Género, organizada pelo Ministério da Mulher e da Acção Social, nos dias 14-15 de Novembro 2012, a Esposa do Presidente da República de Moçambique apresentou os dados abaixo indicados sobre a participação da mulher em cargos de tomada de decisão e em algumas áreas de actividade:

28,6% de Mulheres Ministras

20% de Vice-Ministras

26% de Governadoras

25% de Administradoras Distritais (128 distritos)

54,5% de Juízas provinciais

24% de Diplomatas

51% de Médicas

41,5% de Enfermeiras

36,9% de Professoras

28,4% de mulheres membros dos Conselhos de Consulta Distritais.

Trata-se de dados bastantes encorajadores e que reflectem a vontade política de desafiar a discriminação prevalecente.

Entretanto, Moçambique ocupa o 172º. lugar dentre os 182 países (0, 384) em Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e o último lugar no continente Africano, como consequência dos baixos indicadores sociais, relacionado a uma baixa renda per capita diária (World Bank, 2009). A cidade de Maputo, capital do país, é a única com IDH médio. A receita média mensal do país por agregado familiar é de 1.560 meticais, 54,1% da população vive abaixo da linha de pobreza. O documento do PES (2010) informa que a incidência da pobreza em 2008/09, relativa ao acesso a alimento, é estimada em 54,7% da população ao nível nacional, representando uma variação de 0.6 pontos percentuais comparativamente com o nível de 2002/03 (54.1%). Significa que apesar dos esforços de diminuir a pobreza a situação não se alterou na última década (Samo, Milagre e Rocha, 2011).

- A população ocupada é de 75%, e chega a 18,7% a taxa de desemprego, sendo 14,7% homens e 21,7% mulheres. A população assalariada é de 13,3%, os homens ocupam 19% dos postos formais de trabalho e as mulheres 3,9% (IFTRAB 2005; INE 2009).

Isabel Maria Casimiro, “Desigualdades de Género em Moçambique”, Maputo, 19/11/2012

- 2% das mulheres e 7% dos homens estão na função pública. Em relação a 40% das mulheres desconhece-se a sua ocupação contra 12% dos homens na mesma situação. 37,8% das mulheres e 5,8% dos homens não recebe remuneração (Osório, 2011).
- Na agricultura há 89,3% de trabalhadoras e 67,5% são homens. As mulheres também são maioria nos serviços, especialmente nos lugares de apoio, como o de servente, limpeza de estradas, etc. Importa ainda referir que a mulher representa maior mão de obra no comércio informal. O comércio transfronteiriço constitui um mercado de trabalho das mulheres submetendo-se a vários riscos e situações de vulnerabilidade (IFTRAB 2005; INE 2009).
- O analfabetismo atinge 56% das mulheres. A taxa de alfabetização de adultos é de 67% de homens e 37,5% de mulheres. A frequência na escola é de 62,7% para homens e para as mulheres é de 56,7%. Cerca de 90% da população não tem acesso à energia elétrica, o rádio é a principal fonte de informação, entretanto o sinal não é captado por mais de 60% da população (IFTRAB 2004/05; Banco Mundial 2007; INE 2009).
- Em todo o país 40% das raparigas entre os 15 e os 19 anos já estiveram grávidas (Osório, 2011).
- 18% das raparigas “casam-se antes dos 18 anos de idade, a idade que a Lei da Família (2004) estabelece para o casamento de ambos os sexos.
- É um país com esperança de vida ao nascer de cerca de 48,8 anos para os homens e 52,9 anos para as mulheres, havendo uma variação de 50,4 para homens e 54,6 para mulheres a nível urbano e 48,3 para homens e 52,3 para mulheres a nível rural (INE, 2010: Quadro 35). A população é composta predominantemente por jovens com idade média de 17,5 anos, onde a expectativa de vida tem sido afectada pelo avanço da epidemia de SIDA.
- Em Moçambique 1.6 milhões de pessoas vivem com o HIV, dos quais 55.5% são mulheres, 35.3% são homens e 9.2% crianças menores de 15 anos. Quanto às mulheres grávidas e seropositivas o número atinge 149 mil. Os dados indicam que a prevalência do HIV entre a população adulta, de 15 – 49 anos, é de 11.5%. A prevalência entre as mulheres é superior à prevalência entre os homens (13.1 e 9.2%, respectivamente). O risco de infecção por HIV entre adultos é superior entre os residentes de áreas urbanas (15.9%) comparativamente aos residentes de áreas rurais (9.2%) (INSIDA, 2009).
- O HIV/SIDA constitui uma das grandes ameaças ao desenvolvimento em Moçambique. O governo oferece os serviços de Testagem e Aconselhamento (ATS), tratamento para as mulheres grávidas PTV (programa de redução de transmissão vertical do HIV) e o TARV para todos/as.

- A taxa de fecundidade está em ligeiro declínio de 5,6% em 1997 para 5,5% em 2003, 41% das adolescentes entre 15-19 anos já são mães. O uso de contraceptivo na população com idade reprodutiva é de 11,7%. A maioria da população nunca fez o teste para HIV. O índice de conhecimento sobre como evitar HIV é baixo – 44% entre as mulheres (MISAU, 2010).
- A mortalidade materna e as enfermidades reprodutivas são responsáveis por cerca de um quinto do total das doenças e por um terço de todos os óbitos, entre as mulheres em idade reprodutiva. A taxa de mortalidade cai lentamente nos últimos anos chegando a 500.1 em 2007. Nos países em desenvolvimento essa taxa cai para 20% por 100 nascidos vivos (Censo, 2007; PES, 2010).
- A desnutrição atinge 44% das crianças, os valores das percentagens do baixo peso por idade (BP) moderado e severo estão ainda acima do nível aceitável (de 16%) e da meta (de 17%) definida para 2015. A taxa de mortalidade infantil continua alta com tendência de diminuição, 147.2/1.000, com redução mais acentuada nas zonas rurais e dum declínio menor nas áreas urbanas (Censo 2007; PES, 2010).
- Apenas 43% dos/as moradores/as tem acesso a água tratada e 19% tem rede de esgoto adequada. É um país com alta possibilidade de desastres naturais, cerca de 500 mil pessoas são afectadas anualmente por secas, enchentes e diversos problemas ambientais que impactam a produção de alimentos e dificultam a mobilidade das pessoas. Nessas situações as mais atingidas são as mulheres, e de entre elas, as raparigas são as primeiras a abandonarem as escolas (Relatório Oxfam 2010).

Situação relativa ao poder

Alguns dos dados que se apresentam de seguida estão desactualizados tendo em conta a recente remodelação ministerial, todavia julgámos importante trazê-los para a nossa reflexão sobre a participação da mulher em cargos de tomada de decisão desde o nível nacional ao local.

Cargos de chefia no Governo em 1997, por sexo

| Posição/Função | 1997 | | | | |
|-------------------------------|------|-------|-----|-------|-------|
| | M | % | H | % | Total |
| GOVERNO CENTRAL | | | | | |
| Ministro | 1 | 4.35 | 22 | 95.65 | 23 |
| Vice-Ministro | 4 | 21.05 | 15 | 79.95 | 19 |
| GOVERNO PROVINCIAL | | | | | |
| Governador Provincial | - | - | 10 | 100 | 10 |
| Administrador distrital | 3 | 2.34 | 125 | 97.66 | 128 |
| Chefe de posto Administrativo | - | - | - | - | - |
| FUNÇÃO PÚBLICA | | | | | |
| Secretário Permanente | 2 | 0,51 | 15 | 88,24 | 17 |
| Director Nacional | 23 | 14.02 | 141 | 85.98 | 164 |
| Director Nacional Adjunto | 12 | 16.09 | 59 | 83,10 | 71 |
| Director Provincial | 12 | 8.45 | 130 | 91,55 | 142 |
| Director provincial Adjunto | 3 | 21.43 | 11 | 78,57 | 14 |
| Chefe do Departamento | 148 | 19.27 | 620 | 80.73 | 768 |
| Chefe de Repartição | - | - | - | - | - |
| Chefe da Secção | - | - | - | - | - |

(Fonte, Osório, 2011)

Posicionamento no Governo nos últimos dois mandatos, por sexo

| Anos | 2005 a 2009 | | | | 2009 a 2013 | | | |
|-------------------------------------|-------------|-----|--------|----|-------------|----|--------|-----|
| | Mulheres | % | Homens | % | Mulheres | % | Homens | % |
| 1º Ministro | 1 | 100 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 100 |
| Ministros | 7 | 26 | 20 | 74 | 8 | 28 | 21 | 72 |
| Vice – Ministros | 6 | 30 | 14 | 70 | 3 | 13 | 20 | 87 |
| S. Permanentes a nível Central* | 7 | 30 | 16 | 70 | 4 | - | 6 | - |
| Governadores | 2 | 15 | 11 | 85 | 4 | 23 | 11 | 77 |
| Secretários Permanentes Provinciais | 5 | 45 | 6 | 55 | 5 | 45 | 6 | 55 |
| Chefes do Posto | 26 | 20 | 106 | 80 | - | - | - | - |
| Administradores | 43 | 15 | 247 | 85 | - | - | - | - |
| Directores Provinciais | 34 | 21 | 130 | 79 | - | - | - | - |

(Fonte: Osório, 2011)

Posicionamento nas Autarquias, por sexo

Isabel Maria Casimiro, “Desigualdades de Género em Moçambique”, Maputo, 19/11/2012

Posicionamento nas Autarquias, por sexo

| Posições (2009) | Mulheres | Homens | TOTAL | Mulheres% | Homens% |
|----------------------------------|----------|--------|-------|-----------|---------|
| P. das Assembleias Municipais | 1 | 42 | 43 | 2,33% | 97,60% |
| P. dos Conselhos Municipais | 3 | 40 | 43 | 5% | 95,00% |
| V. P. das Assembleias Municipais | 13 | 30 | 43 | 26% | 69,70% |

Conceição Osório

9

(Fonte: Osório, 2011)

Progressão das Mulheres no Parlamento (I a VI Legislatura)

| | I | II | III | IV | V | VI |
|---------------|----------------------------|---------------------------|---------------------------|--------------------------|--------------------------|--------------------------|
| Deputados | Legislatura 1977 – 1986 | Legislatura 1987- 1990 | Legislatura 1990- 1994 | Legislatura 1994-1999 | Legislatura 1999-2004 | Legislatura 2004-2009 |
| Homens | 98 | 199 | 210 | 181 | 173 | 154 |
| Mulheres | 13 | 24 | 40 | 69 | 77 | 96 |
| Total | 111 | 223 | 250 | 250 | 250 | 250 |
| % de Mulheres | 12% | 11% | 16% | 28% | 31% | 38% |
| % de Homens | 88% | 89% | 84% | 72% | 69% | 62% |

Conceição Osório

10

(Fonte: Osório, 2011)

Efectivos eleitos, segundo o sexo, na Assembleia da República
(1994/1999; 1999/2004; 2004/2009; 2009/2013/147)

| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA | | | | | |
|--------------------------------|-----------------|----------|---------------|----------|---------------|
| Legislatura | Mulheres | % | Homens | % | Totais |
| 1994-1999 | 63 | 25,2 % | 187 | 74,80 % | 250 |
| 1999-2004 | 73 | 29,2 % | 177 | 70,80 % | 250 |
| 2004-2009 | 89 | 35,6 % | 161 | 64,40 % | 250 |
| 2009-2013 | 99 | 39,6 % | 154 | 61,6 % | 250 |
| POR PARTIDOS | | | | | |
| 1994 – 1999 | | | | | |
| Frelimo | 48 | | 81 | | 129 |
| Renamo | 14 | | 98 | | 112 |
| União Democrática | 1 | | 8 | | 9 |
| Total | 63 | | 187 | | 250 |
| 1999 – 2004 | | | | | |
| Frelimo | 51 | | 82 | | 133 |
| Renamo – UE | 14 | | 84 | | 118 |
| Total | 74 | | 176 | | 250 |
| 2004 – 2009 | | | | | |
| Frelimo | 69 | | 91 | | 160 |
| Renamo – UE | 20 | | 70 | | 90 |
| Total | 89 | | 161 | | 250 |
| 2009 – 2013 | | | | | |
| Frelimo | 82 | | 112 | | 191 |
| Renamo | 16 | | 35 | | 51 |
| MDM | 1 | | 7 | | 8 |
| Total | 99 | | 154 | | 250 |

(Fonte: Osório, 2011)

Políticas Públicas

Desde a independência tem sido preocupação do governo a elaboração de políticas públicas, a revogação da legislação discriminatória e elaboração de legislação em consonância com os instrumentos internacionais dos direitos humanos das mulheres ratificados por Moçambique, bem como a criação de mecanismos institucionais que garantam a sua implementação.

O país tem registado algum progresso notável para a realização dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM), particularmente no acesso à educação primária. Apesar dos progressos realizados, a baixa capacidade das instituições governamentais, o crescente impacto do HIV e SIDA e a insegurança alimentar em curso constituem desafios importantes para o futuro (Samo, Milagre e Rocha, 2011).

Na arena internacional Moçambique é signatário de importantes documentos e protocolos internacionais sobre Direitos Humanos e Igualdade de Género:

- A Carta Africana dos Direitos dos Homens e dos Povos (1981)

Isabel Maria Casimiro, “Desigualdades de Género em Moçambique”, Maputo, 19/11/2012

- O Protocolo dos Direitos das Mulheres Africanas (2003)
- Protocolo Opcional á Carta Africana sobre os Direitos Humanos e dos Povos relativos à Mulher (2005)
- A Carta Africana sobre a Democracia, Eleições e a Governação (2007)
- Protocolo da SADC Sobre Género e Desenvolvimento (2008)
- A Declaração sobre Género e Desenvolvimento e o Aditamento à DGD (1997/1998) SADC
- Decisões e Deliberações adoptadas pelos Estados da OUA (2002)
- As recomendações da CEDAW (Convention on the Elimination of all forms of Discrimination Against Women) (1993)
- Plataforma de Acção de Beijing (1995).

O Governo de Moçambique tem formulado políticas e estratégias voltadas para a promoção de relações de género em todos os domínios da vida pública. De destacar:

- A Política de Género e a Estratégia da sua Implementação (PGEI), aprovada pelo Conselho de Ministros.

- Criação do CNAM, **Conselho Nacional para o Avanço da Mulher** – a importância da transversalidade da política de género

- **Política de Género e Estratégia da sua Implementação** - O objectivo principal é garantir que as mulheres no poder e nos órgãos de tomada de decisão, sejam agentes de transformação efectiva, quer a nível interno como externo (linguagem sensível ao género, integração de perspectiva de género na legislação, políticas e programas).

- **O Plano Nacional para o Avanço da Mulher** - objectivos e estratégias relativamente ao acesso das mulheres a órgãos de poder; o acompanhamento e a avaliação dos compromissos assumidos pelos Governos ao nível regional, continental e das Nações Unidas; a formação, numa perspectiva de género das mulheres que exercem cargos de poder; e a” elaboração e implementação de programas de Educação Pública destinados à mudança de atitudes em relação ao papel e direitos socioeconómicos da mulher”.

A implementação do PGEI e PNAM permitiram alguns avanços - a desagregação dos dados por sexo; a criação das Unidades de Género em todos os Ministérios. Todavia tem

Isabel Maria Casimiro, “Desigualdades de Género em Moçambique”, Maputo, 19/11/2012

havido constrangimentos de diversa ordem, nomeadamente: insuficiente divulgação e responsabilização pelo seu cumprimento; deficiente formação e divulgação de documentos, legislação, políticas públicas, etc., fundamentais; complacência face à impunidade da violação dos direitos humanos das mulheres; problemas com a avaliação, monitoria e orçamentação.

A Estratégia de Género para a Função Pública (2009) tem como objectivos: (i) alteração da cultura de desigualdades; (ii) garantir que as decisões tomadas a todos os níveis da Função Pública tenham em conta a integração de uma abordagem de género; (iii) atender à relação entre direitos no privado e no público; (iv) aumentar o acesso de mulheres aos processos de tomada de decisão.

As suas acções contemplam: (i) estabelecer formas de articulação que permitam às organizações não governamentais (ONGs) (...) trabalhar na promoção da igualdade de género; (ii) garantir que a maternidade e a paternidade e as responsabilidades familiares não constituam um motivo de discriminação; (iii) introduzir uma abordagem de género na formação, tanto no que respeita à formação superior (ISAPA), como ao ensino médio, que é realizado nos IFAPAs (Institutos de Formação em Administração Pública e Autárquica).

Como mecanismos para promover a participação política das mulheres existe uma política de quotas, uma agenda para promover os direitos das mulheres nos partidos políticos. O Gabinete da Mulher Parlamentar na Assembleia da República joga um papel fundamental na promoção da acção política, velando pela discussão e aprovação de legislação não discriminatória e pelo cumprimento da legislação aprovada.

Políticas, Planos, legislação, mecanismos institucionais existem. Contudo o avanço de género percebido nas leis, políticas e estratégias que possibilitam uma boa posição de Moçambique no rank mundial, não é traduzido em mudanças reais nas desigualdades de género (Samo, Milagre e Rocha, 2011).

3. Em jeito de conclusão

A igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos, de justiça e de paz. Não é possível atingir os objectivos do desenvolvimento quando, mais de metade da humanidade é excluída dos mais elementares direitos humanos.

Sei que os números não falam por si, as estatísticas não são neutras, a sua elaboração tem um quadro conceptual como pano de fundo e entra na luta política como qualquer outro aspecto que envolve a vida dos seres humanos.

As estatísticas têm um papel importante no conhecimento da realidade, na prestação de dados e informações relevantes sobre a vida dos seres humanos, a quem de direito, com o propósito de formular políticas públicas adequadas à sua transformação.

Este é o desafio que o INE continua a ter: produzir e difundir informação estatística que reflita a realidade existente, com uma perspectiva de género, com o propósito de a transformar.

Mulheres e homens são parte desta realidade. Têm o direito e o dever, como cidadãos e cidadãs, de participar da sua análise e da formulação de políticas que contribuam para acabar com as desigualdades que persistem em continuar e reproduzir-se.

“Se percebemos que género é construído a nível individual mas que também é uma estrutura ou instituição social, entenderemos que para conseguir a eliminação da discriminação e opressão das mulheres de todas as idades e classes, teremos que lutar pelas mudanças tanto a nível social e estrutural, como a nível pessoal e individual” (Facio, s/d).

Bibliografia

- Abreu, Alcinda de e Angélica Salomão 1995 “A mulher no caminho da democracia”. In Mazula, Brazão. *Moçambique: Eleições, Democracia e Desenvolvimento*. CEDE, Maputo.
- Barbieri, Teresita de, 1991, “Sobre la Categoría Género: Una Introducción teórica- Metodológica”. In: Fundação Carlos Chagas, Direitos Reprodutivos, PRODIR, São Paulo, pp. 25-43.
- Bonder, Gloria, 2003, “Género y subjetividad: avatares de una relación no evidente”. In: *modemmujer*, Junho 20, 19pp.
- Bourdieu, Pierre, 1999, *A Dominação Masculina*, Celta Editora, Lisboa.
- Batthyany, Karina, 1999, “El análisis de las relaciones sociales de género en los proyectos de investigación. Apuntes teóricos y prácticos”, Taller “Género y Desarrollo”, Montevideo, 6 y 7 de setiembre de 1999, Oficina Regional para América Latina y el Caribe, CIID/IDRC, 15pp.

- Casimiro, Isabel 2004 “Paz na terra, guerra em casa: feminismo e organizações de mulheres em Moçambique”. PROMÉDIA, Coleção Identidades, Maputo (Tese de Mestrado em Sociologia. Universidade de Coimbra, 1999).
- Casimiro, Isabel 1986 “Transformação nas Relações Homem/Mulher em Moçambique, 1960-1974”. Tese de Licenciatura em História, Faculdade de Letras, UEM.
- Eisler, Riane, 1998, *O Cálice e a Espada. A Nossa História, o Nosso Futuro*, Via Optima, Oficina Editorial, Lda, Porto.
- Facio, Alda s/d “A perspectiva de Género”, 3pp.
- Farah, Marta Ferreira Santos 2003 “Gênero e Políticas Públicas”. Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getulio Vargas. São Paulo, Setembro, 20pp.
- Governo de Moçambique 2010 *Plano Económico e Social (PES)*, Maputo.
- Governo de Moçambique, Ministério do Plano e Desenvolvimento 2010 *Inquérito sobre o Orçamento Familiar (IOF)*, Maputo.
- Governo de Moçambique 2011 *Plano de Acção para Redução da Pobreza (PARP) 2011-2014*. Aprovado na 15ª Sessão Ordinária do Conselho de Ministros, 03 de Maio de 2011, Maputo.
- Governo de Moçambique 2010 *Plano Quinquenal do Governo 2010-2014*. Resolução nº 4/2010 de 13 de Março, Maputo.
- Governo de Moçambique 2011 *Plano Económico e Social de 2011 (PES 2011)*
- Governo de Moçambique 2010 *Plano Económico e Social para 2010 (PES)*, aprovado a 16 de Abril de 2010, Maputo.
- Harding, Sandra, 1987, "Introduction - Is There a Feminist Method?". In: Sandra Harding (ed) *Feminism and Methodology*. Indiana University Press, Bloomington, pp. 1-14.
- IFTRAB 2005, *Inquérito Integral à Força de Trabalho*, INE, Maputo
- INE (Instituto Nacional de Estatística) 2009 Maputo (www.ine.gov.mz)
- INE (Instituto Nacional de Estatísticas) 2010 *Projeções Anuais da População Total, Urbana e Rural, 2007-2040*. Maputo.
- INE 2010 *Portal Estatísticas de Moçambique* (www.ine.gov.mz)
- INE 2007 *Recenseamento Geral da População 2007* (www.ine.gov.mz)
- INSIDA 2009 *Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique. Relatório Preliminar sobre a Prevalência da Infecção por HIV*. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Saúde, Maputo, Moçambique.

- INSIDA 2010 *Inquérito Nacional de Prevalência, Riscos Comportamentais e Informação sobre o HIV e SIDA em Moçambique (INSIDA)*, Ministério da Saúde, Instituto Nacional de Saúde, Julho, Maputo, Moçambique.
- León, Magdalena, 2001, “El empoderamiento de las mujeres: Encuentro del primer y del tercer mundos en estudios de género”. Revista de Estudios de Género *La Ventana*, Nº 13, Vol. 11, Julho, 6pp. <http://www.udq.mx/laventana/Laventana.html>, acessado a 14/02/02.
- Montero, Rosa 2007 *Histórias de Mulheres*. Agir Editora Ltda, Rio de Janeiro.
- Oliveira, Rosiska Darcy de, 1992, *Elogio da Diferença - O Feminino Emergente*. Editora Brasiliense, 2ª Edição, São Paulo.
- Ormerod, Catrin 2006 *Labour Force Survey low pay estimates: method of dealing with second jobs*. Social Economic Micro Analysis and Reporting Division, Office for National Statistics, July, United Kingdom.
- Osório, Conceição 2011 “As metas do milénio e constrangimentos. Políticas contra culturais, movimentos de mulheres e poderes públicos”. Aula para o 3º ano do Curso de Ciência Política, Departamento de Ciência Política e Administração Pública, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane. Cadeira: Género e Poder Político, Maio.
- Osório, Conceição 2002 “Poder político e protagonismo feminino em Moçambique”. In Boaventura de Sousa Santos (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Osório, Conceição 2001 “Desenvolvimento humano, direitos humanos e a situação da mulher”. In: PNUD, *Moçambique. Mulher, género e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro*. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. SARDC, UEM, PNUD, Maputo, pp.33-56.
- OXFAM Annual Report 2010-2011. www.oxfam.org
- PNUD, 2001 *Moçambique. Mulher, género e desenvolvimento humano: Uma agenda para o futuro*. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. SARDC, UEM, PNUD, Maputo, pg.49.
- República de Moçambique, 1990 *Constituição da República*, Maputo.
- Samo, Graça, Diogo Milagre, Solange Rocha and Percina Meque 2011 *MONITORING AID EFFECTIVENESS IN A GENDER PERSPECTIVE. Final Report*, UN Women, Maputo.
- Schiebinger, Londa, 2005, “Introdução”. In: *Ciência e Género. Quatro Textos de quatro Mulheres*. Cadernos de Filosofia das Ciências, Lisboa, pp. 15-51.
- Sen, Amartya 1999 *Development as Freedom*, Oxford University Press, United Kingdom.

Isabel Maria Casimiro, “Desigualdades de Género em Moçambique”, Maputo, 19/11/2012

- Scott, Joan, 1989, *Gênero: “Uma categoria útil para a análise histórica”* (Tradução do original em inglês datado de 1989, New York).
- Tvedten, Inge, Margarida Paulo e Georgina Montserrat 2008 *Gender Policies and Feminization of Poverty in Mozambique*. Christian Michelson Institute, Norway.
- The World Bank 2009 *The World Bank Annual Report 2009*.
- Zimba, Benigna 2002 “Identidade feminina e construção da paz em Moçambique, 1992-2002”. In Brazão Mazula (coord.) *Moçambique 10 anos de paz*. CEDE, Maputo.